



PROEXC
PRÓ-REITORIA
DE EXTENSÃO E CULTURA

Acesso ao Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos	
Coordenador: Flavianne Fernanda Bitencourt Nobrega	E-mail: flavianne@gmail.com
Tipo da Ação: Projeto	Área Temática Principal: Direitos Humanos e Justiça
Unidade Geral: CCJ - CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS	Unidade de Origem: Departamento de Direito Público Geral e Processual
Abrangência: Internacional	
Local de Realização: Faculdade de Direito do Recife - CCJ - UFPE	

Resumo da Proposta:

O projeto objetiva democratizar o acesso à justiça e aos mecanismos internacionais de proteção aos direitos humanos, através de estratégias de fortalecimento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos no direito nacional, com ênfase na proteção dos povos indígenas e assistência jurídica internacional ao caso Xukuru de Pernambuco, admitido na Corte Interamericana. O desconhecimento do referido sistema pelas vítimas de graves violações de direitos humanos e pelos operadores do Direito, associado ao custo de acompanhamento internacional das denúncias, reforça a necessidade de um trabalho de capacitação. A atividade da extensão, pois, está apoiada em dois pilares: a) educação em direitos humanos - formação de pessoal sobre o SIDH por meio da participação de simulações internacionais e da promoção de oficinas locais com estudantes e profissionais do direito; b) assistência jurídica em matéria internacional: atividade realizada em parceria com o MPF e GAJOP, em demandas estratégicas, construindo teses jurídicas, em defesa de indivíduos e de grupos de indivíduos, socialmente vulneráveis, a partir dos parâmetros internacionais de proteção. A proposta de diálogo entre os parâmetros internos e internacionais têm favorecido a supervisão e aplicação dos tratados de direitos humanos localmente. Exemplo concreto da efetividade dessa estratégia foi a liminar obtida pioneiramente na Paraíba em 2014, para liberação da substância cannabidiol a 16 pacientes de moléstia grave fundamentada em parecer elaborado pela extensão, contendo parâmetros internacionais de responsabilização do Estado e acatado pela Justiça local, sendo a substância liberada para doentes de todo País. A experiência adquirida reforça o potencial transformador para grupos vulneráveis.

Objetivos Gerais

a) Educação em Direitos Humanos - atividade voltada para a formação de pessoas a respeito dos instrumentos de proteção do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, visando à capacitação de estudantes e de profissionais sobre a estrutura, o funcionamento e a jurisprudência do mecanismo regional de proteção internacional dos direitos humanos, para proteção das vítimas de pessoas diante das graves violações de Direitos Humanos localmente, fortalecendo o monitoramento das decisões internacionais no âmbito local, com ênfase no caso indígena do povo Xukuru admitido na Corte Interamericana de Direitos Humanos;

b) Assessoria jurídica em matéria internacional - atuar estrategicamente na proteção das vítimas pessoas em situações de graves violações de Direitos Humanos, notadamente no caso indígena do povo Xucuru, em colaboração com o GAJOP e o Ministério Público Federal, para a inserção da jurisprudência do sistema interamericano de Direitos Humanos na prática jurídica nacional e na elaboração de denúncias internacionais de casos de violação aos Direitos Humanos.



PROEXC
PRÓ-REITORIA
DE EXTENSÃO E CULTURA

Objetivos Específicos

- Democratizar o acesso à justiça internacional pelo sistema interamericano de direitos humanos, mediante a realização de atividades educacionais de capacitação, como oficinas, palestras e workshops. Investir na educação e de informação sobre os mecanismos de solução internacional das demandas de graves violações aos direitos humanos, voltado tanto para os estudantes de Direito e de áreas afins como para os profissionais dessas searas de atuação;
- Relacionar e armazenar em um banco de dados e de jurisprudência sobre os parâmetros internacionais de proteção na matéria indígena, o qual deverá ser disponibilizado tanto para consulta interna como externa;
- Prestar assistência jurídica - articulando o marco fático dos casos apresentados, a jurisprudência interamericana e a legislação internacional - em defesa das vítimas em situações de graves violações aos Direitos Humanos, com destaque para o caso do povo Xucuku de Pernambuco, admitido na Corte Interamericana de Direitos Humanos, por meio de parcerias firmadas com o GAJOP e com o Ministério Público Federal.
- Identificar possíveis casos que violam os artigos do Pacto de San José da Costa Rica e que podem ser denunciados ao sistema interamericano. Os integrantes do grupo de extensão atuarão junto à Defensoria da União para a consecução desse objetivo e contarão também com o suporte do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP), atuando no monitoramento da situação dos Direitos Humanos em âmbito local.
- Incentivar o fortalecimento da utilização dos precedentes e parâmetros do sistema interamericano, em âmbito doméstico, nas petições de iniciativa da Defensoria Pública e nas ações interpostas pelo Ministério Público, para defesa de grupos socialmente vulneráveis.